

# Classificação e análise do reduzido acesso dos alunos do ensino médio na região de influência de Dourados - MS no período de 2009 a 2011<sup>1</sup>

Aroldo Alcantara de Paula Souza<sup>2</sup>  
Walter Guedes da Silva<sup>3</sup>

## RESUMO

No estado de Mato Grosso do Sul há uma considerável defasagem ano/série-idade dos alunos do ensino médio. Dados do IBGE e INEP demonstram que o referido nível de ensino depara-se com problemas como: distorção ano/série-idade, evasão (abandono) e reprovação. Os números desvelam a urgência em ressignificar o ensino médio brasileiro, pois a educação é fator importante para o desenvolvimento econômico da sociedade e emancipação de população. Dada a regularidade dos índices em séries históricas, podem os sistemas estaduais de ensino já terem formatado seu quadro de pessoal e sua estrutura física para atender um público-alvo reduzido, longe da meta de universalização e correção das defasagens. O objetivo desta pesquisa é classificar e analisar criticamente o reduzido acesso dos alunos no ensino médio nos municípios da Região de Influência de Dourados (MS), composta por 32 (trinta e dois) municípios. Enquanto procedimento metodológico, esta pesquisa fundamentou-se, principalmente, em dados estatísticos, com uso de metodologia de classificação de acordo com as variáveis elencadas, de modo a orientar uma eventual prioridade de investimentos por parte do poder público, analisando, estatisticamente, os números do Censo Escolar 2009, comparando-os com a realidade dos municípios sul-mato-grossenses pesquisados. Enquanto considerações foi possível destacar que o fracasso escolar é o principal fator que contribui para o reduzido acesso dos alunos no ensino médio nos municípios analisados.

**Palavras-chave:** Região. Dourados. Evasão. Repetência.

## ABSTRACT

In the state of Mato Grosso do Sul there is a considerable gap year/age-grade of high school students. IBGE data and INEP demonstrate that that level of education is faced with problems such as distortion year / grade-age, avoidance (abandonment) and fail. The figures unveil the urgency to reframe the Brazilian high school, because education is an important factor for economic development of society and population of emancipation. Given the regularity of the indices in time series, can the state education systems have already formatted your staff and your physical structure to meet a reduced audience, far from universal service targets and correction of gaps. The objective of this research is to classify and analyze critically, limited access of students in high school in the cities of Golden Influence Region (MS), consisting of 32 (thirty two) municipalities. While methodological procedure, this research was based mainly on statistical data, classification methodology of use according to the variables listed in order to direct any priority investments by the government, analyzing statistically the numbers School Census 2009, comparing them with the reality of Mato Grosso do Sul municipalities surveyed. While considerations, it was possible to point out that school failure is the main contributing factor to the reduced access of students in high school in the selected municipalities.

**Keywords:** Region. Golden. Evasion. Repetition.

---

<sup>1</sup> Este texto é fruto da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia, Licenciatura, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul defendida em 2013.

<sup>2</sup> Professor Especialista, mestrando do Profeduc UEMS-Campo Grande e docente da Prefeitura Municipal de Campo Grande.

<sup>3</sup> Professor Doutor, coordenador do Curso de Geografia, Licenciatura, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade Universitária de Campo Grande.

## INTRODUÇÃO

*“O grau de civilização alcançado por uma nação pode ser medido pela maneira como ela trata a sua infância e a sua juventude”.*

*(Ramez Tebet, 1936-2006)*

O ensino médio é a última etapa da Educação Básica. É gratuito e obrigatório, mas apenas em 2013, a partir da vigência da lei 12.796, que alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Segundo a lei que regula a educação no Brasil, o ensino é obrigatório porque a educação básica é “obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade” (BRASIL, 2015). Anteriormente falava-se apenas em “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio” (BRASIL, 2011, p. 22).

Mas existe uma universalização “ideal”, pois só se mantém dentro da obrigatoriedade aquele estudante que iniciar seu ensino fundamental aos 6 (seis) anos e o prossegue sem nenhuma interrupção como reprovação e evasão, conforme demonstrado pela tabela abaixo:

**Tabela 1 - Relação nível/ano por idade ideal**

<b>Nível/ano</b>	<b>Idade (anos)</b>
Pré-escola	4 e 5
<b>Ensino Fundamental</b>	
1º ano	6
2º ano	7
3º ano	8
4º ano	9
5º ano	10
6º ano	11
7º ano	12
8º ano	13
9º ano	14
<b>Ensino Médio</b>	
1º ano	15
2º ano	16
3º ano	17

Fonte: Brasil, 2015.

Além de uma defasagem ano/série-idade média acima dos 30% entre os estudantes matriculados nas escolas públicas do estado de Mato Grosso Sul, ainda há de se considerar também o problema da evasão escolar. Com a grande defasagem série-idade também nos anos finais do ensino fundamental, muitos estudantes desistem do ensino médio em função do trabalho, mudança de domicílio, envolvimento com drogas, violência, falta de vagas, dentre outros motivos.

Segundo Carneiro (2010, p. 65), o Brasil estaria com 13% da população da faixa etária de 15 a 19 anos matriculada no ensino médio. Uma nítida desvantagem em relação a muitos países com nível de desenvolvimento semelhante ao nosso, como Chile (70%), Uruguai (70%), Argentina (61%) e Índia (48%).

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação<sup>4</sup> (FUNDEB), com vigência prevista de 2007 a 2020, representou um aumento das matrículas no ensino médio, pois trouxe um relevante aporte ao pagamento de pessoal e ao custeio das escolas, prevendo e distribuindo recursos de acordo com o número de alunos matriculados nos municípios da Região de Influência de Dourados.

Na faixa etária do ensino médio (15 a 17 anos), o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou, na Região de Influência de Dourados, uma população de 43.692 habitantes. Destes, 26.039 matricularam-se nas 131 escolas de ensino médio (IBGE, 2013a).

No contraponto à almejada universalização, os dados do IBGE e do Ministério da Educação (MEC) mostram que o ensino médio, no sul do estado de Mato Grosso do Sul, enfrenta problemas. Entre os mais alarmantes estão a reprovação, distorção série-idade e o abandono escolar (evasão escolar), que tornam o ensino médio regular um nicho para poucos privilegiados, impossibilitando que milhares de estudantes sul-mato-grossenses avancem ou, ao menos, almejem acessar e cursar, com sucesso, o ensino superior. Essa situação impacta diretamente no desenvolvimento da Região de Influência de Dourados, ampliando ainda mais o abismo entre pobres e ricos, pois é sabido que existe uma relação direta entre anos de estudo e salários recebidos.

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é reconhecer e analisar criticamente o reduzido acesso dos alunos no ensino médio nos municípios da Região de Influência de Dourados (MS), composta por 32 (trinta e dois) municípios sul-mato-grossenses, classificando-os de acordo com as variáveis elencadas, de modo a orientar uma eventual prioridade de investimentos por parte do poder público.

---

<sup>4</sup> O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), criado pela EC nº. 53/2006 e regulamentado pela Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007, é um fundo especial de natureza contábil, de âmbito estadual, formado por recursos provenientes dos impostos, transferências e contribuições dos Estados, Distrito Federal e Municípios e complementado por recursos federais (BRASIL, 2009, p. 42).

## METODOLOGIA

O processo de ensino-aprendizagem é uma relação de mediação entre discentes e docentes que ocorre a médio e longo prazo. O artigo 23 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incentiva a flexibilidade na organização da educação básica, portanto, do Ensino Fundamental:

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. (BRASIL, 2011, p. 28).

Atendendo tal determinação legal, o estado de Mato Grosso do Sul implantou, a partir do ano letivo de 2007, o ensino fundamental com duração de nove anos, com a obrigatoriedade da matrícula de crianças com seis anos de idade nas escolas. A medida foi sancionada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE/MS) por meio da Deliberação CEE/MS N° 8144, de 09 de outubro de 2006, atendendo a política do governo federal de ampliar, até 2010, em um ano o ensino fundamental no Brasil.

Com o ensino fundamental em nove anos, os 1º e 2º anos são dedicados à alfabetização inicial dos estudantes. No 1º ano, a progressão do estudante é contínua e no segundo ano os estudantes passam a ser avaliados em termos de frequência e aproveitamento.

O ensino médio é a etapa mais vulnerável da escolarização brasileira, principalmente pelos altos índices de evasão, defasagem ano/série-idade e reprovação (IBGE, 2013b). Os números da educação na Região de Influência de Dourados mostram que são necessárias mudanças que podem ocorrer pelo diagnóstico com reflexão crítica e propositiva.

A permanência dos estudantes na escola pública é um dos grandes desafios da educação. O Estado, por determinação da LDB e da Constituição Federal, deveria garantir a permanência dos estudantes até que seus estudos estejam concluídos por meio de acompanhamento e qualidade de ensino.

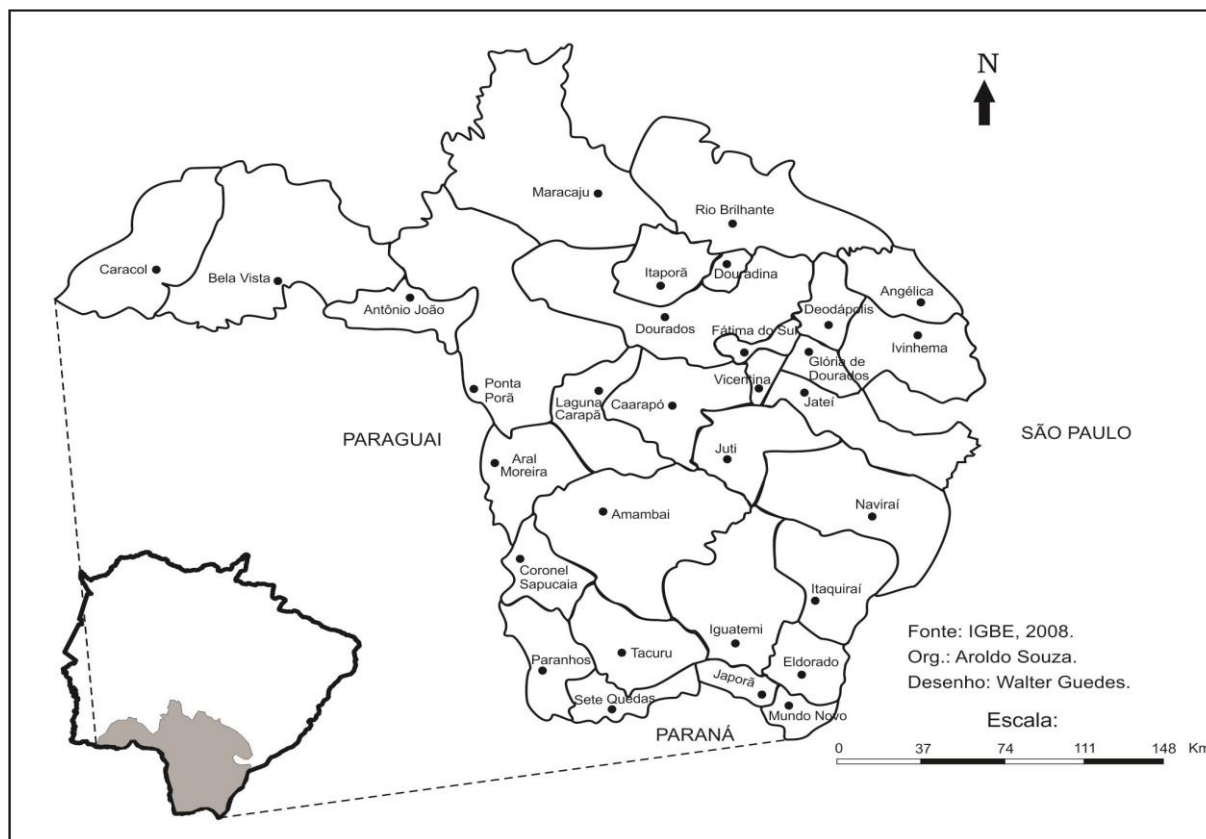
Desde a Constituição Federal de 1988, a Educação é “direito de todos e dever do Estado e da família” (BRASIL, 2010, p. 136) e deveria ter sido tratada com prioridade para um país que almeja qualidade na educação com princípios da igualdade, liberdade, pluralismo, gratuidade, valorização dos profissionais da educação, gestão democrática, garantia de padrão de qualidade e piso salarial profissional nacional.

O estado do Mato Grosso do Sul tem a incumbência de “assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem” (BRASIL, 2011, p. 13). Tal oferta ocorre em todos os 32 municípios da Região de Influência de Dourados (IBGE, 2008), composta pelos municípios: Amambaí, Angélica, Antonio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caarapó, Caracol, Coronel Sapucaia, Deodápolis, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Iguatemi, Itaporã, Itaquiraí, Ivinhema, Japorã, Jateí, Juti, Laguna Caarapã, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Novo Horizonte do Sul, Paranhos, Ponta Porã, Rio Brillhante, Sete Quedas, Tacuru e Vicentina. O trigésimo terceiro município da Região de Influência de Dourados é o paranaense Guaíra, que não foi incluída nesta pesquisa por pertencer a outro estado da federação (Paraná).

Foi fundamental a esta pesquisa o estudo do IBGE intitulado “Região de Influência das Cidades 2007”, também conhecido como “REGIC 2007”, que levou em conta para estipular as centralidades da região, entre outras variáveis, o ensino superior. Em nível de graduação, foram mensurados os seguintes números: matrículas nos cursos presenciais; grandes áreas abrangidas

pelos cursos oferecidos e tipos de cursos existentes. Já o estudo da oferta dos cursos de pós-graduação foi realizado a partir da análise de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A centralidade na pós-graduação – considerada como a capacidade de um centro de atrair estudantes e professores – foi estabelecida, para os municípios, pela combinação e pela comparação dos dados de total de cursos, pelos números de grandes áreas do conhecimento abrangidas pelos cursos e pela proporção de cursos de excelência. A figura 1 destaca, do estado de Mato Grosso do Sul, os municípios que compõem a Região de Influência de Dourados:

**Figura 1 - Região de Influência de Dourados**



Fonte: IBGE, organizado pelos autores.

Com base no REGIC 2007, que teve edições anteriormente em 1972, 1987 e 1993, foi possível constatar a relevância da regionalização escolhida pela quantidade de municípios reunidos, haja vista que a Região de Influência de Dourados abrange 40,5% dos municípios sul-mato-grossenses e 29,7% da população do estado.

Compõe ainda o universo desta pesquisa as 484 escolas de ensino fundamental e médio e os 8.839 docentes do ensino fundamental e médio da Região. A escolha do triênio de 2009/2010/2011 não foi aleatória: esse é o período que apresenta o maior rol de dados consolidados disponibilizados, possibilitando análise consistente e confiável, representando mais fielmente a realidade socioeducacional dos municípios pesquisados.

Segundo o IBGE (2013c), Dourados é o centro da região localizada ao sul do estado de Mato Grosso do Sul. Em nível de população absoluta, Dourados é significativa para sua Região de Influência por comportar quase 1/3 da população total da Região, que tem 727.893 habitantes (2010). A segunda cidade de destaque nesse quesito é Ponta Porã, com pouco mais de 10% dos habitantes da Região. A partir desses municípios, todos os demais têm menos de 50.000 habitantes

e mais da metade menos de 15.000. Novo Horizonte do Sul e Jateí são os municípios com menos de 5.000 habitantes.

Dos 727.893 habitantes da Região, 34.606 eram estudantes frequentes em 131 escolas de ensino médio. É uma população que não pode ser desconsiderada e merecedora de políticas públicas específicas que incentivem seu acesso, permanência e sucesso no nível de ensino que, para muitos, será a última etapa de estudos, pois o acesso ao ensino superior, tanto na região, quanto no Brasil, ainda é uma conquista para poucos.

A tabulação e interpretação dos dados do IBGE (2009) das taxas de reprovação, abandono escolar e defasagem idade dos alunos no ensino médio nos municípios da Região de Influência de Dourados foram fundamentais para subsidiar nossa análise. O tratamento de dados possibilitou identificar quais variáveis determinam o reduzido acesso e permanência dos alunos no ensino médio e classificar os municípios pesquisados de acordo com as variáveis elencadas, de modo a orientar uma eventual prioridade de investimento por parte do poder público.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após 200 (duzentos) dias letivos no calendário escolar, o aluno pode ser reprovado por não obter aproveitamento satisfatório, representado por uma nota ou frequência mínima para sua aprovação ao ano posterior. A indisciplina, necessidade de trabalhar e a falta de apoio para os estudos, estão entre os fatores que levam o estudante do ensino médio a abandonar a escola (11,2%) ou reprovar (14,6 %), conforme demonstram as tabelas 2 e 3:

**Tabela 2 - Taxa de reprovação (%) no ensino médio nos municípios da Região de Influência de Dourados – 2009**

Amambaí	25,2	Ivinhema	14,5
Antonio João	25,1	Rio Brilhante	14,1
Mundo Novo	23,8	Sete Quedas	13,8
Caarapó	22,3	Novo Horizonte do Sul	12,7
Ponta Porã	18,4	Vicentina	12,7
Iguatemi	18,2	Coronel Sapucaia	12,2
Maracaju	18,0	Itaporã	12,0
Dourados	17,8	Fátima do Sul	11,9
Naviraí	17,7	Aral Moreira	11,4
Laguna Caarapã	15,2	Paranhos	11,4
Douradina	14,9	Deodápolis	10,7
Glória de Dourados	14,9	Eldorado	9,5
Japorã	14,9	Bela Vista	9,4
Juti	14,9	Caracol	8,8
Jateí	14,8	Itaquiraí	7,4
Tacuru	14,8	Angélica	5,3

Fonte: IBGE, 2013a.

**Tabela 3 - Taxa de abandono (%) no ensino médio nos municípios da Região de Influência de Dourados – 2009**

Jateí	28,2	Dourados	10,0
-------	------	----------	------

Tacuru	20,8	Maracaju	10,0
Caracol	19,7	Iguatemi	9,6
Ponta Porã	18,4	Novo Horizonte do Sul	9,1
Itaquiraí	17,9	Antonio João	8,6
Naviraí	17,1	Coronel Sapucaia	8,5
Aral Moreira	15,6	Sete Quedas	8,3
Paranhos	15,3	Amambaí	7,8
Itaporã	14,5	Douradina	7,7
Bela Vista	12,8	Mundo Novo	7,3
Eldorado	12,1	Caarapó	6,1
Deodápolis	11,4	Ivinhema	5,0
Rio Brillhante	11,1	Vicentina	4,3
Glória de Dourados	10,5	Laguna Caarapã	4,2
Angélica	10,3	Japorã	3,9
Fátima do Sul	10,2	Juti	3,3

Fonte: IBGE, 2013a.

Após reprovações e abandonos, com persistência e apoio da família, o estudante pode voltar a frequentar o ensino médio, porém, estará inscrito nos índices de TDI (Taxa de Defasagem de Idade), que localiza quantos estudantes estão no descompasso ano/série-idade:

**Tabela 4 - Taxa de defasagem (%) de idade no ensino médio nos municípios da Região de Influência de Dourados – 2009**

Jateí	53,5	Eldorado	27,4
Tacuru	52,1	Itaporã	25,9
Itaquiraí	48,3	Maracaju	24,6
Caracol	47,0	Deodápolis	24,4
Paranhos	46,4	Dourados	24,1
Japorã	45,6	Rio Brillhante	23,8
Douradina	45,4	Laguna Caarapã	23,2
Iguatemi	38,1	Coronel Sapucaia	22,9
Aral Moreira	37,0	Vicentina	22,2
Ponta Porã	36,3	Caarapó	21,7
Juti	35,5	Glória de Dourados	21,7
Naviraí	34,3	Ivinhema	20,9
Sete Quedas	31,0	Angélica	20,8
Bela Vista	30,8	Mundo Novo	20,8
Fátima do Sul	27,5	Antonio João	20,0
Amambaí	27,4	Novo Horizonte do Sul	19,1

Fonte: IBGE, 2013a.

As sucessivas reprovações desestimulam o estudante, mantendo-o em situação de defasagem ano/idade, sendo este um dos fatores que ocasionam abandono escolar, que é mensurado por índices que preocupam gestores, pesquisadores, professores, famílias e os próprios estudantes, que são privados de um direito subjetivo e inalienável. Na Região de Influência de Dourados, segundo o IBGE (2009), 14,6% dos estudantes do ensino médio foram reprovados em 2009, 11,2%

abandonaram/evadiram e 43,3% dos matriculados nos anos escolares do ensino médio não correspondem à sua faixa etária, contribuindo para um círculo vicioso de reprovações e abandonos.

Os números desvelam a urgência em ressignificar o ensino médio brasileiro. Em 2009 havia, na Região de Influência de Dourados, 128.598 frequentes no ensino fundamental – a maioria sob a responsabilidade dos municípios. E 34.606 no ensino médio – a maioria sob a responsabilidade do governo estadual, perfazendo uma relação média de frequentes de 26,2% na região estudada.

Defasagem, abandono e reprovação são problemas a serem mitigados pela escola pública contemporânea e uma responsabilidade do Estado. Todos os envolvidos com a escola pública são sabedores que

[...] sem ignorar as questões extraescolares não se pode deixar de enfrentar que o fracasso escolar, bem como a evasão, constituem um problema pedagógico. É no estudo do cotidiano da escola que vários autores têm apontado possibilidades concretas de transformação de suas práticas, como forma de enfrentamento do problema. (PATTO, 1987 p. 238).

Torna-se cada vez mais premente a adoção de abordagens em múltiplas escalas territoriais, para apreender melhor a especificidade de uma região tão importante como a de Dourados. Há de se considerar também os potenciais desdobramentos dessa pesquisa quando se considera que o município de Dourados é uma das 39 cidades com medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos do país. É possível que os fenômenos observados em Dourados e em sua rede de cidades, possam servir de base para as análises das pesquisas em Educação, que certamente ganham em cientificidade com o aporte da Geografia, uma ciência capaz de subsidiar competentemente o planejamento estatal, a tomada de decisões governamentais e prover ferramentas para o conhecimento das relações sociais vigentes e dos padrões espaciais que delas emergem.

Num estado tão extenso e de múltiplas realidades, com carências e desigualdades, a localização e a prestação dos serviços de educação tem de considerar as condições de acessibilidade da população, haja vista que “as cidades constituem os locais onde se podem instalar mais racionalmente os serviços sociais básicos [...] destinados ao atendimento da população de toda uma região” (REGIC, 1972, p. 9).

Os municípios são o substrato sobre o qual atuam as políticas públicas da educação e seus agentes sociais e econômicos – governantes, gestores, professores, estudantes e comunidade escolar. O levantamento e comparação de tais números são importantes na medida em que essas ações possam subsidiar mudanças e melhorias, reorganizando a oferta de vagas, propondo alterações à legislação educacional e redistribuindo, de forma equânime e mais justa, os recursos humanos e financeiros.

O principal motivo que leva crianças e jovens a abandonarem a escola é o fracasso escolar. Os estudantes que abandonam a escola o fazem porque enfrentam na escola situações difíceis: notas baixas, pouca participação, muitas e frequentes faltas e indisciplina, além da ausência de perspectiva durante e após o ensino médio.

É preciso garantir o sucesso escolar. O estudante tem que sentir que pertence à escola, que é admirado, que tem amigos. Não raro, a escola e o sistema educacional ficam submissos a lógica do capital idealizada sob um viés neoliberal, fazendo com que a educação contemporânea se preste a uma missão pouco nobre:

[...] a educação serve para o desempenho no mercado e sua expansão potencializa o crescimento econômico. Neste sentido, ela se define como a atividade de transmissão do



estoque de conhecimentos e saberes que qualificam para a ação individual competitiva na esfera econômica, basicamente, no mercado de trabalho. (GENTILI, 1998, p. 104).

Sobre a evasão, também é possível inferir que a mesma está ligada diretamente à questão do fracasso escolar, como relata Patto (1987, p. 59):

A reprovação e a evasão escolar são: um fracasso produzido no dia-a-dia, da vida na escola e na produção deste fracasso estão envolvidos aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional, concepções de ensino e de trabalho e preconceitos e estereótipos sobre a sua clientela mais pobre. Estes preconceitos, no entanto, longe de serem uma característica apenas dos educadores que se encontram nas escolas, estão disseminados na literatura educacional há muitas décadas, enquanto discurso ideológico, ao se pretender neutro e objetivo, participa de forma decisiva na produção das dificuldades de escolarização das crianças das classes populares.

A educação escolar não é garantia de empregabilidade, prosseguimento nos estudos, honestidade ou saúde, mas o contato com o conhecimento faculta que a pessoa visualize outras possibilidades de vida. Além do viés social, descortina-se também a questão pedagógica que mereceria análise mais detalhada dos gestores e governantes, como nos casos de Jateí, com taxa de abandono no ensino médio chegando a 28,2% e a taxa de defasagem idade-série a 53,5%, uma situação seríssima: um terço dos estudantes é matriculado, mas abandona e mais da metade está fora do compasso anuidade<sup>5</sup>; em Amambaí, município da fronteira com o Paraguai, a taxa de reprovação em 2009 foi de 25,2%, ou seja, de cada quatro estudantes do ensino médio, um reprovou naquele ano letivo.

O Ensino Médio deveria ser tratado como a etapa mais sólida dessa construção de conhecimento, mas depende de outras etapas que devem ser bem executadas: a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Antes de discutir o currículo, os interesses dos profissionais da educação, pais, gestores, as condições de trabalho e a infraestrutura, é preciso entender e verificar como são preparados esses jovens nas etapas anteriores ao Ensino Médio, pois seguramente o maior problema da educação brasileira está na base, ou seja, na educação infantil e no ensino fundamental, bem como no apoio e problemas vividos no extraclasse.

No Brasil, não é raro que estudantes cheguem à segunda etapa do Ensino Fundamental – o 6º ano – sem saber ler ou compreender um pequeno texto. Um dos motivos dessa dificuldade deve-se ao fato de que a escola de Ensino Fundamental não cumpre, em alguns casos, o objetivo de “utilizar diferentes linguagens [...] como meio para expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções da cultura” (BRASIL, 2001, p. 70).

Para combater a reprovação e a evasão escolar, o MEC lançou, em 2009, o Programa Ensino Médio Inovador com objetivo de tornar o currículo mais atraente para os estudantes, incluindo disciplinas optativas e aulas práticas, sendo uma tentativa de modernização das escolas públicas que cada vez atraem menos estudantes. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema de Seleção Unificada (SISU), que praticamente extinguiram o vestibular, são tentativas de tornar a escola contemporânea mais equânime, eficiente, atrativa e de qualidade.

Ao consultar as fontes de pesquisas primárias, optou-se por uma análise crítico-estatística, tanto qualitativa quanto quantitativa. Algumas questões demandam por mais aprofundamento teórico e levantamento de dados de campo, principalmente para elucidar questões como:

- Por que os municípios da mesma região ostentam índices com diferenças de até 60% no tocante ao sucesso de suas populações matriculadas nos diferentes níveis?

---

<sup>5</sup> Ver tabela 1 na página 2.

- Por que no ensino médio acentua-se a defasagem ano/série-idade e a evasão escolar?

Em nível de educação pública, há muito a ser feito: problemas urbanos, rurais, regionais, econômicos e socioambientais requerem ainda reflexões importantes e em caráter renovado diante da dinâmica realidade econômica mundial. Assim, à medida que o país se abre para a perspectiva inclusiva e democrática, novos atores sociais se fortalecem e passam a pressionar por novas demandas econômicas, sociais e políticas.

A raiz do problema precisa ser discutida constantemente na base por professores, gestores, sindicatos, universidades, pais e responsáveis, com os próprios estudantes e a comunidade escolar. A educação é um processo somativo: em cada etapa o estudante agrega mais saber à sua formação. Isso ocorre com maior intensidade com crianças e jovens. A escola é uma instituição determinante no processo de construção do conhecimento, mas a família, a igreja, o local de trabalho e a comunidade também influenciam no aprendizado real e cotidiano. Portanto, evadir ou reprovar na escola pública pode inviabilizar a formação integral do indivíduo e impedi-lo de aspirar a novas colocações no mundo acadêmico e no mercado de trabalho.

A evasão no ensino médio é um problema educacional para o país e, como constatado pela pesquisa, atinge a maioria dos 32 municípios sul-mato-grossenses da Região de Influência de Dourados (IBGE, 2008). Quanto à evasão/abandono, suas causas são as mais diversas e reais: necessidade/possibilidade de trabalhar; falta de qualidade do trabalho dos professores; falta de estrutura da escola; falta de visão de oportunidades na vida; grande número de disciplinas; reprovações sucessivas; falta de apoio da família; impossibilidade de prosseguir os estudos e constituição precoce de novos núcleos familiares.

O resultado da escola pública contemporânea, que muitas vezes não atrai/mantém o estudante e não cuida bem da aprendizagem daqueles que persistem, pode ser observado consultando dados estatísticos e séries históricas disponíveis nos sites das instituições estatais de pesquisa e fomento à educação nacional. No ano de 2011, nos anos iniciais do ensino fundamental, nenhum dos 32 municípios pesquisados obtiveram nota maior que 5,6 na Prova Brasil. Nos anos finais a situação é ainda mais crítica, pois a nota 4,2 do “município-destaque” Amambaí representa o ápice do desempenho no exame, com a região apresentando a baixa média de 3,5.

A escola pública é uma instituição que surgiu para ser igualitária, responsável pela transformação das condições socioeconômicas dos cidadãos que a financiam, convivendo com contradições e antagonismos, já que os estudantes terão sempre a possibilidade de ter sucesso ou não no processo de escolarização. Mas quem abandona a escola geralmente pertence à classe econômica menos favorecida – eis o espectro da luta de classes pairando sobre a escola pública contemporânea.

Os dados disponíveis apontam para o mau funcionamento da escola pública de ensino médio, sabidamente aquela financiada pelo Estado e localizada em muitos dos 32 municípios da Região de Influência de Dourados. A educação deve ser de qualidade a todos, com garantia ao acesso, permanência e sucesso dos estudantes, com escolas eficientes, professores capacitados e bem remunerados e estudantes que aprendam e utilizem com êxito os conhecimentos que adquiriram.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Censo Escolar 2009**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>> Acesso em: 10 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Módulo Fundeb**. Brasília: MEC; FNDE, 2009.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: Secretaria da Educação Fundamental, 2001.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências. Brasília: Subsecretaria para Assuntos Jurídicos, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm)> Acesso em: 20 abr. 2015.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB Fácil**: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. Petrópolis: Vozes, 2010.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>> Acesso em: 05 nov. 2013a.

IBGE. **IBGE mostra a nova dinâmica da rede urbana brasileira**. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1246>> Acesso em: 05 nov. 2013b.

\_\_\_\_\_. **Histórico do município**: Dourados. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=500370&search=mato-grosso -do-sul|dourados|infograficos:-historico>> Acesso em: 05 de nov. 2013c.

\_\_\_\_\_. **Região de Influência das Cidades 1972**. Rio de Janeiro, 1973. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>> Acesso em: 05 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Região de Influência das Cidades 2007**. IBGE: Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>> Acesso em: 05 nov. 2013.

GARBIN, Vitor Hugo. SILVA, Medson Janer. **Plano Territorial De Desenvolvimento Rural Sustentável Território Grande Dourados – MS**. Campo Grande: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. Disponível em: <[http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_territorio047.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio047.pdf)> Acesso em: 5 nov. 2013.

GENTILE, P. **A falsificação do consenso**: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia, São Paulo: Casa do Psicólogo, 1987.

RIBEIRO, Vera Masagão. Alfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. **Revista Educação & Sociedade**, ano XVIII, nº 60, dezembro/97. Disponível em: <<http://cielo.com.br>> Acesso em: 25/10/2013.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2008.